



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Educação e Política Social.

Permanência Estudantil: possibilidades e desafios

Alessandra Ferreira Mota¹

Resumo: O exercício profissional das Assistentes Sociais na Política de Assistência Estudantil busca contribuir para a permanência dos estudantes nas instituições de ensino. Considerando que a permanência estudantil é diretamente impactada pelos dilemas cotidianos que permeiam o ambiente escolar, apresento um breve relato de experiência a partir do desenvolvimento de projeto de intervenção para minimizar a evasão por meio de salas temáticas realizadas no IFMT – *campus* Pontes e Lacerda, durante o II Fórum de Assistência Estudantil. Os resultados apesar de positivo, mostram que é necessário oportunizar aos alunos espaços de fala, protagonismo para formação de cidadão conscientes e responsáveis e que o maior desafio está em fomentar a participação e a contribuição deles na gestão do programa.

Palavras-chave: permanência estudantil; atuação profissional; salas temáticas; educação.

Student Residence: possibilities and challenges

Abstract: The professional practice of Social Assistants in the Student Assistance Policy seeks to contribute to the permanence of students in educational institutions. Considering that student residence is directly impacted by the daily dilemmas that permeate the school environment, I present a brief experience report from the development of an intervention project to minimize dropout through thematic rooms held at IFMT - Pontes e Lacerda campus, during the II Student Assistance Forum. The results, although positive, show that it is necessary to provide students with spaces for speech, protagonism for the formation of conscious and responsible citizens and that the greatest challenge is to encourage their participation and contribution in the management of the program.

Keywords: student stay; professional performance; thematic rooms; education.

1 Introdução

Nos últimos 10 (dez) últimos anos, o Serviço Social tem sido requisitado para atuar na Política de Educação, mais especificamente no IFMT, demanda majoritariamente para atuar na gestão e execução do PNAES, no desenvolvimento de ações junto aos auxílios estudantis destinados aos estudantes em situação de vulnerabilidade. Prioritariamente o PNAES objetiva a permanência e êxito dos alunos porém sabe-se, conforme estudos (Mota, 2018) que devido a complexidade da

¹Especialista em Pedagogia Social e elaboração de Projetos pela Universidade Candido Mendes e Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), *campus* Pontes e Lacerda. Email: alessandramota.24@hotmail.com

Assistência Estudantil, não é possível limita-la a mera concessão de auxílios financeiros, desta forma buscar compreender a relação entre permanência estudantil e suas particularidades torna-se necessário.

A partir da experiência profissional como assistentes sociais desse espaço educacional, foi possível verificar que permanecer no ambiente escolar em muitos casos, não esta relacionada somente a situação de pobreza ou extrema problema. Em dois anos trabalhando a frente do programa foi possível verificar que situações que ocorre nos corredores da instituição, muitas vezes tem mais peso na hora de solicitar a transferência ou evadir-se.

Nos relatos expostos, não foram raras as vezes de denúncias voltadas a situações de bullying, preconceito, discriminação, intolerância, ocorrências que desestimulam o discente podendo provocar nele a sensação de incapacidade, não pertencimento.

Porém, a escola que deveria promover a igualdade e proporcionar meios de preparar os estudantes para uma vida mais digna, pode acabar reproduzindo e reforçando as desigualdades econômicas, sociais e políticas presentes em nossa sociedade.

Destarte a dimensão socioeducativa da profissão e o princípio da Política de Assistência Estudantil na defesa da diversidade, dos direitos humanos, em favor da justiça social, erradicação das diversas formas de violência e preconceitos, faz-se importante elaborar um projeto de intervenção para tratar de temas que perpassam o ambiente escolar e atenda o disposto na referida política. A forma escolhida foi por meio de salas temáticas sobre educação sexual voltado a conscientização sobre a prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez na adolescência; questões de gênero envolvendo o machismo, feminismo e a LGBT fobia; racismo envolvendo o preconceito em relação ao afrodescendente, indígenas e outros grupos sociais; e saúde mental voltado a questões referentes à ansiedade, transtornos mentais, suicídio, etc.

Através das salas temáticas busca-se chamar a atenção para assuntos que merecem abordagens no contexto educacional como forma de promoção de uma educação ampla e cidadã, sempre norteados pelo Projeto Ético-político da profissão.

Diante o exposto, este relato de experiência buscar apresentar algumas ações que foram desenvolvidas no ano de 2019 e que apresentaram resultados positivos quanto a conscientização dos estudantes, sendo perceptível nas atitudes e ações observadas no ambiente escolar.

1. Política de Assistência Estudantil no IFMT: breves considerações

O entendimento da Educação, enquanto direito social foi incorporada com a Constituição Federal de 1988 e reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei nº 9.394/1996, em seu artigo 3º, inciso I, que traz como um dos seus princípios, “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996).

Desta forma em 2010 instituiu-se por meio do Decreto nº 7.234 a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como finalidades: ampliar as condições de permanência dos estudantes com dificuldades econômicas, buscando democratizar as condições e permanência; minimizar os efeitos das desigualdades sociais; reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para promoção da inclusão no ambiente escolar.

No âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (MT), o Programa de Assistência Estudantil foi aprovado em 2012 (Resolução nº 002/2012) e regulamentado como Política em 2017 (Resolução nº 094/2017).

Diante sua regulamentação tornou-se necessário à participação dos *campi* na gestão e execução da política de forma democrática como mecanismo de participação e formulação de estratégias. Assim, passou-se a realizar anualmente o Fórum Estadual da Assistência Estudantil como um espaço coletivo, de caráter permanente, consultivo e propositivo com a participação de representantes discentes, segmentos técnicos-administrativo, docentes e gestão do IFMT. (IFMT, 2017)

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, enquanto mecanismo para acesso e permanência dos estudantes na educação pública brasileira nos propõe refletir as inúmeras determinações sociais que perpassam o ambiente escolar e dificultam a efetivação do programa.

Cabe ressaltar que a Política de Assistência Estudantil do IFMT em seu conjunto de princípios dispõe sobre a erradicação da violência e do preconceito, além da promoção do direito a dignidade do ser humano, à sua autonomia e ao direito de usufruir dos benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência escolar e comunitária.

1.1 **Permanência Estudantil:** estratégias de intervenção

O campus Pontes e Lacerda esta localizado na região oeste do estado de Mato Grosso, atualmente ofertam as modalidades: Ensino Médio Integrado (Técnico em Informática, Técnico em Controle Ambiental e Técnico em Administração); Subsequente (Eletrotécnica e Química); Ensino Superior (Bacharelado em Administração, Comércio Exterior, Redes de Computadores, Eletrotécnica Industrial e Licenciatura em Física) Proeja (Comércio) e Pós-graduação *Latu Sensu* em Linguagem e Literatura.

Cabe ressaltar que esta região apresenta uma acentuada diversidade socioeconômica e cultural impactando na condição social de sua população e consequentemente nos/as estudantes.

E na tentativa de garantir os pressupostos na Política de Assistência Estudantil quanto a erradicação da violência e do preconceito, a promoção do direito a dignidade do ser humano, à sua autonomia e ao direito de usufruir dos benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência escolar e comunitária. Foram realizadas salas temáticas com o intuito de conscientizar e consequentemente proporcionar aprendizagens para a convivência social e contribuir com a permanência e êxito dos alunos no universo educacional.

Assim, no decorrer do segundo semestre de 2019, durante a realização do II Fórum de Assistência Estudantil do *campus* Pontes e Lacerda, os estudantes tiveram a oportunidade de debater e discutir propostas para implementação das ações, programas e projetos da Política de Assistência Estudantil, afinal o fórum teve por objetivo proporcionar aos estudantes lugar de fala, uma vez que a política é voltada a sua permanência, nada melhor que os próprios proporem as intervenções necessárias.

Para o evento também foi pensado em discutir temáticas que se mostram a luz do exercício profissional contidamente, e que traz como consequências situações de isolamento social, intensificação de crises de ansiedade, bullying, dentre tantos outros, e em casos mais graves levando a retenção e possível evasão.

1.1.1 **Metodologia**

No primeiro momento foi realizada a abertura do Fórum com os discentes do ensino superior, período noturno. Cabe observar que o quantitativo de estudantes

matriculados neste período totalizam aproximadamente 420 entre as modalidades de licenciatura, Proeja, subsequente e bacharelado.

Foi realizada uma palestra com todos os estudantes desta instituição com o objetivo de esclarecer sobre o Programa e apresentar as ações/projetos/programas desenvolvidos no Campus no ano de 2018, bem como dificuldades encontradas em 2019 e possíveis diretrizes para 2020. Neste momento também foi possível eleger o representante discente do ensino superior para composição da Comissão Local da Assistência Estudantil.

Posteriormente, foram utilizados as salas temáticas para trabalhar os temas emergentes no cotidiano profissional. Para tal, contamos com a colaboração da Secretaria Municipal de Saúde, que disponibilizou profissionais como enfermeiras, assistente social e psicólogo para realização das rodas de conversa, com temáticas sobre Bullying, Relações Étnico-Raciais e Gênero, Saúde Mental e Educação Sexual.

A proposta era oportunizar aos discentes momentos de discussão sobre os referidos temas, e acima de tudo que eles optassem pela atividade que atendesse suas angústias, assim foram disponibilizadas inscrições online, sendo possível posteriormente mensurar o quantitativo de participações e as salas mais requisitadas.

Após a abertura do fórum, com a explicação sobre a Política de Assistência Estudantil no IFMT e a explanação das ações, programas e projetos desenvolvidos no *campus* Pontes e Lacerda, bem como, o demonstrativo do recurso financeiro executado em 2018 para a política, os estudantes foram direcionadas as salas temáticas a qual se inscreveram.

Cada sala contou com um profissional responsável pela mediação das atividades, e de forma dinâmica desenvolveram, dentre outros, material de exposição, como cartazes, frases motivacionais, caixa de sugestões e principalmente aprendizado e conscientização.

2. Salas Temáticas

Contamos com a participação de alunos do ensino médio e superior, totalizando 245 discentes, também participaram deste momento a direção do campus, direção de ensino, bem como alguns professores.

2.1 Bullying: uma discussão necessária

Durante os atendimentos realizados no exercício profissional foi possível observar a prática muitas vezes velada de bullying no cotidiano escolar, em alguns casos a vítima aceita as ditas “brincadeiras” para se sentir pertencente ao grupo, e diante alguns relatos pensou-se sobre trabalhar a temática de forma dinâmica adequando a nossa realidade e também de acordo com a faixa etária.

Para introduzir o assunto, apresentamos, de forma resumida, um vídeo sobre a definição de bullying, e seus respectivos tipos (físico, verbal, material, moral, psicológico, sexual), bem como descrito sobre os mais frequentes. Ademais, foi explicado sobre suas consequências, que pode desencadear em evasão, depressão, isolamento, suicídio, homicídio. Nesse sentido, foi orientado acerca do trabalho preventivo de conscientização, junto não alunos. Foi ressaltado também sobre o processo de denúncia, extremamente necessário para providências.

Conscientiza-los sobre os malefícios ocasionados pelo bullying e para que gere empatia, e por sua vez leve a tolerância, e de forma positiva se transforme a convivência social na escola. E essa compreensão só pode ocorrer se for trabalhada cotidianamente, trata-se de um trabalho que deve envolver toda comunidade escolar e em especial a família.

A atividade foi conduzida pela Pedagoga Naiara Cassia dos Santos, Assistentes de alunos Liomarques da Cruz Barbosa e Danilo Gonçalves de Campos.

Posteriormente os alunos confeccionaram cartazes, frases motivacionais e diversos postites de superação. Os trabalhos foram exposto pela instituição, e o mais interessante a pontuar foi a iniciativa de disponibilizar maior parte das frases motivacionais escritas em postites no espelho do banheiro. Quando questionado sobre o porque maior concentração naquele local, ouviu-se que é ali o lugar escolhido para desabafar chorando, então ler frases que te confortam traz acalento ao coração e acolhimento na dor.

2.2 Relação Étnico Racial e Gênero

“Ensinar sobre formas de relacionar-se de modo diferente do que é estabelecido, é contribuir para uma maior compreensão da diferença, “prevenindo” assim “pré-conceitos” muitas vezes tão arraigados ao senso comum”. Buscar a importância de compreender as diferenças e respeitar o ser humano acima de qualquer escolha para a sua individualidade. Para a educação esse é um dos papéis fundamentais (OLIVEIRA, 2018).

As formas de preconceito estão presentes nas relações entre homens e mulheres. Historicamente o homem se contrapôs a mulher em razão, a princípio, da natureza biológica. Essa condição se estendeu até os dias atuais e ainda se vê acontecer uma hegemonia masculina em diversas áreas da sociedade.

Formas equivocadas de perceber as diferenças têm gerado vários tipos de violência assim discutir o tema associado ao gênero traz uma complexidade extrema, reforçando que juntos apresentam um ilimitado gerador de sentidos negativos, que se traduzem em outros termos que lembram sofrimento, dor, apropriação indébita do outro, exploração, sadismo e indiferença.

Essa temática teve por objetivo expandir os conhecimentos dos alunos sobre o que é a relação étnico-racial e suas implicações ao gênero, bem como trazer informações relevantes e de combate ao racismo e preconceito em tempos onde a intolerância se dissemina.

Estudos evidenciam como a prática do racismo encontra-se estruturada na sociedade brasileira, mais especificamente no âmbito escolar, de forma muitas vezes cordial e sutil.

Cabe ressaltar que, a instituição escolar e todos os agentes envolvidos no processo educativo tem o papel de desconstrução dos estereótipos atribuídos a população negra e combater ao preconceito, à discriminação e as práticas racistas que permeiam de forma sutil os espaços escolares.

Todavia, para que esse empreendimento se concretize de forma exitosa cabe reiterarmos a partir da literatura especializada que “o combate ao racismo é uma luta diária e que deve ser de todos” independente de sua raça/cor. Desse modo, assumir tal posicionamento a partir dessa perspectiva implica entendermos que as ações sobre a temática é uma atividade cotidiana.

Assim como as questões de preconceito que está arraigada nas sociedades. É pressuposta a partir das relações de poder estabelecido entre os indivíduos. A qual busca desfavorecer determinados grupos identificados por sua etnia, raça, religião, sexo, região, etc. Nesta concepção, as diferenças podem ser entendidas como errôneas, e, portanto, negada a sua “legitimidade de existir e de se exprimir de muitos outros segmentos, deixando as portas abertas às práticas preconceituosas e discriminatórias” (BANDEIRA E BATISTA, 2002). Quando se fala de preconceito, infelizmente, fala-se em violência historicamente vivenciada a partir de práticas preconcebidas e de intolerância.

2.3 Saúde Mental na Adolescência

O Transtorno Mental Comum (TMC) é caracterizado por sintomas depressivos, estados de ansiedade, irritabilidade, fadiga, insônia, dificuldade de memória e concentração e queixas somáticas. Manifesta-se como uma mistura de sintomas somáticos, ansiosos e depressivos (ARAGÃO, 2016).

A sensação de não poder controlar a própria vida, juntamente com a sensação de isolamento, podem ser relacionadas com o processo de saúde-doença, aumentando a suscetibilidade individual para as enfermidades (CASSEL, *apud* VALLA, 2000).

Aragão *et al* (2016) ao citar Costa e Ludermir, expõe que avaliando a relação entre Transtornos Mentais Comuns (TMC) e indicadores de funcionamento social como sentir-se amado e ter amigos íntimos, mostraram que estes estiveram relacionados a baixos níveis de ansiedade, depressão, somatização e menores efeitos dos eventos vitais produtores de estresse, que interfere do desempenho escolar desse aluno.

Desta forma, entende-se que falar sobre o assunto, buscar compreender a condição da pessoa que vivencia os problemas pode ser um diferencial para a superação, afinal o ambiente escolar pode intensificar a condição de saúde.

Estudos mostram um aumento significativo dos casos principalmente entre adolescentes e jovens que estão mais suscetíveis a problemas emocionais e transtornos mentais, haja vista as inúmeras expectativa e insegurança em relação ao futuro.

Vivemos em um mundo que exige de forma urgente, o sucesso, provocando neste público inúmeras tensões e pressões sendo intensificado no ambiente escolar. A atividade foi conduzida pelos profissionais do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS do município.

2.4 Educação Sexual: vivendo a adolescência

A educação sexual no contexto educacional brasileiro é algo pensado desde a década de 1920 e neste percurso tem presenciado diversas formas de interpretação de como ser trabalhada. A princípio, segundo Costa (2016) abordava os preceitos de higiene sexual dos jovens contrariando o pensar sobre a ocultação das práticas sexuais. Os debates permearam a defesa de uma educação sexual baseada nos preceitos morais e outros defendiam que explicasse cientificamente as funções fisiológicas com ideias positivistas.

Durante a ditadura militar as discussões sobre a educação sexual foram reprimidas com base nos princípios morais havendo proibição da abordagem, além deste tema, a contracepção nas escolas. As discussões retornaram nos últimos anos com aprovações de documentos que regulamentavam e orientavam o desenvolvimento do tema no contexto da educação. Com isso, definiu-se a importância do papel da escola nas discussões da educação sexual. Assim, Costa (2016) advoga que o comprometimento da escola com a formação de cidadãos participantes é aquela que desenvolve as potencialidades diversas, situações próprias do ser humano, entre elas, questões que são pertinentes ao campo da sexualidade, num sentido amplo, para o indivíduo e para a sociedade.

É papel da escola contribuir para uma visão positiva da sexualidade, como fonte de prazer e realização do ser humano, assim como aumentar a consciência das responsabilidades. Com a promoção da Educação Sexual na escola, os alunos poderão repensar seus valores pessoais e sociais, compartilhando suas preocupações e emoções (COSTA, 2016).

Neste contexto, o educador percebe a responsabilidade de compreender os meandros desta realidade e contribuir de forma efetiva com a formação do educando. Assim, “o educador sexual deve ser uma pessoa comprometida com o ideal de transmitir os conhecimentos científicos, estar livre de julgamentos, deixar de lado seus preconceitos e estar aberto a ouvir” (COSTA, 2016).

Atualmente, entre os pontos considerados de grande importância, na educação sexual está a prevenção aos problemas que podem ser gerados a partir da prática sexual negligenciada. Pontualmente, aparecem como relevantes também nesta discussão, a gravidez na adolescência e a prevenção às doenças sexualmente transmissíveis. Dadoorian (2003) alega que “a incidência de gravidez na adolescência vem aumentando significativamente, [...] Observa-se que, apesar do declínio das taxas de fecundidade desde o início dos anos 70, é cada vez maior a proporção de partos entre as adolescentes em comparação com o total de partos realizados no País”.

Já em relação às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), Dadoorian (2003) ressalta que essas doenças existem desde o surgimento da humanidade, porém só recentemente passou-se a discutir o problema com maior cuidado. Vale mencionar a epidemia de sífilis evidenciada por volta de 1945 que influenciou sobremaneira as leis que regulavam a vida do casal. Portanto, falar desse assunto atualmente não representa uma novidade, mas a preocupação com o cuidado à saúde, principalmente adotando a prática de prevenção já nos primeiros contatos com vida sexual, esta conversa foi conduzido pela Enfermeira do ESF Santa Cruz Lislaine de Paula Ferreira Merlin.

3. Tecendo Considerações: desafios e perspectivas no campo da permanência estudantil

É pertinente ressaltar que em cada sala temática houve espaço para as exposições e os debates dentro das respectivas temáticas, onde por meio dos grupos de trabalho foram levantados possíveis temas a serem trabalhados durante o ano letivo de 2020. Informações que foram registradas e analisadas para intervenções futuras.

O II Fórum da Assistência Estudantil teve por objetivo precípua esclarecer sobre o Programa da Assistência Estudantil, uma vez que os discentes em sua maioria desconheciam tal programa e aqueles que disseram conhecer não imaginavam sua dimensão, tão pouco a importância da participação na implementação da política na instituição.

Por se tratar de um momento de protagonismo dos estudantes, fez-se necessário oportunizar-lhes discutir temas muitas vezes ignorados no espaço da sala de aula, os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais acabam não ganhando a relevância necessária naquele momento.

Trabalhar os temas transversais, propostos nas salas temáticas realizadas, buscou expressar conceitos e valores básicos de democracia e cidadania tão presentes na sociedade contemporânea. Questões como bullying, saúde mental, educação sexual, relação étnico racial e gênero não são temas isolados, se complementam cotidianamente e permeiam as relações interpessoais na sociedade, comunidades, nas famílias e se intensificam na escola.

Assim, foi possível concluir pelo quantitativo de participações e devolutivas em formulário respondido, que um elevado percentual de participantes do II Fórum consideraram o evento como bom e que os temas propostos bem como os mediadores das salas temáticas conseguiram atender as expectativas dos discentes.

Obviamente algumas adequações serão necessárias, muitos foram os desafios que com a colaboração da equipe foram superados, também cabe ressaltar que o Grêmio Estudantil auxiliou prontamente no processo de realização do fórum.

E que como encaminhamentos estão as propostas de ampliação do programa na instituição, bem como, definição de possíveis novos auxílios que serão levados a Direção-Geral e o Departamento de Administração para verificar a possibilidade de implantação, como implantação do restaurante, convenio com o município para disponibilidade de transporte escolar e especial um profissional da área de psicologia.

Questionados sobre o processo de seleção dos auxílios relataram que funcionou de maneira mais eficiente, e que apesar de ter sido bem atualizado este ano, o valor do auxílio ainda é baixo para as necessidades do público atendido pelo *campus*.

Disseram que a divisão das bolsas (transporte/alimentação) é eficiente, já que nosso campus é distante da cidade e não há transporte público no município e a alimentação ajuda nos dias em que eles tem que ficar na escola em período integral e, não podem ir em casa e voltar pela distância.

Há necessidade, de desburocratizar se possível a parte documental do processo, já que alguns alunos pensam que há muita documentação para organizar e que, vem ou outra se confundem. Neste caso a sugestão é que sejam identificados pela *Reitoria* quais os documentos que realmente são necessários no processo.

O fórum de assistência estudantil se caracteriza em um espaço democrático de planejamento para execução do recurso financeiro, assim ouvir os alunos representa um

avanço na construção de cidadãos conscientes, situação que fica evidenciada nos apontamentos realizados por eles.

Ter um momento onde é possível dialogar sobre temáticas tão atuais e cotidianas no ambiente escolar, em que alunos se tornam protagonistas da sua história traz a luz uma reflexão crítica e a formação de um cidadão consciente.

A experiência vivenciada por meio da realização do II Fórum local evidenciou a necessidade de fala dos alunos, de serem percebidos enquanto parte da instituição, apesar do número reduzido de participantes, por meio da observação realizada, constatou-se os resultados positivos das campanhas educativas.

Mas apesar da experiência exitosa, precisamos observar que a participação dos alunos é primordial, e pensar ações para trazê-los a esses momentos ainda é um desafio a ser superado. Em síntese, o evento contou a participação de 36,90% dos alunos matriculados nesta instituição, parte disso se dá pela cultura destes a não participarem de evento. Tal situação precisa ser trabalhada para que os discentes entendam e tomem consciência da importância desta participação e as possibilidades que uma gestão democrática pode proporcionar.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Ellen Ingrid Souza, et al. Padrões de Apoio Social na Atenção Primária à Saúde: diferenças entre ter doenças físicas ou transtornos mentais. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000702339&lang=pt>. Acesso em: 08 fev. 2020.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Estudos Feministas**. Ano 10. Ensaios.119-141. Florianópolis-SC, 2002.

BRASIL. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: mar. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)** – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: mar. 2020.

COSTA, Priscila Carozza Frasson. **Educação sexual: uma metodologia inspirada nos patamares de adesão**. Curitiba: Appris, 2016.

DADOORIAN, Diana. Gravidez na adolescência: um novo olhar. **Revista Psicologia ciência e profissão**. vol. 23. no.1 Brasília Mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100012> Acesso em: 21 fev. 2020.

IFMT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. **Resolução nº 094, de 18 de outubro de 2017**. Institui a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Disponível em: < <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/comissao-central-permanente-de-assistencia-estudantil-do-ifmt-ccpae/>>. Acesso em: mar. 2020.

IFMT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Instrução **Normativa nº 02 de 24 de janeiro de 2012**. Institui e normatiza o Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Mato Grosso.

MOTA, Tatiane Eloize Furyama. **Tendências e perspectivas da permanência estudantil na UFMT**: entre a afirmação de direitos e a bolsificação de necessidades. 2018. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018. Disponível em < <https://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/689fd1487b23626f2ed9f74e5cda54a9.pdf> >. Acesso em: 24 fev. 2020.

OLIVEIRA, Polyanna Claudia. **A importância do ensino sobre questões de gênero na educação**. Disponível em: <<http://www.uel.br/projetos/lentes/pages/arquivos/aOLIVEIRA%20%20Polyanna%20Claudia.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

VALLA, V. V. Redes sociales, poder y salud según perspectiva de las clases populares en una coyuntura de crisis, Interface _ Comunicação, Saúde, Educação, v.4 , n.7, p.37-56, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v4n7/04.pdf>>. Acesso em: mar. 2020.